



DIREÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

DIREÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CENTRO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ANADIA

ATA NÚMERO VINTE DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

----- Aos dois dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze, pelas dezoito horas, reuniram na sala onze, do Centro Escolar de Arcos, sob a presidência do docente Artur Melo, os elementos do Conselho Geral, à exceção, de Teresa Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Anadia, Ana Paula Gama, representante dos pais e encarregados de educação, e Nádia Faria, representante dos alunos, cujas faltas foram justificadas.-----

----- Deu-se início à reunião com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um- Eleição do presidente do Conselho Geral; -----

----- Ponto dois- Definição dos critérios de avaliação interna do Diretor, de acordo com a portaria nº 266/2012 de 30 de agosto. -----

----- Ponto três- Aprovação da Carta de Missão do Diretor. -----

----- Ponto quatro- Outros assuntos. -----

----- O docente Artur Melo começou por referir que, de acordo com o definido na reunião anterior, iria conduzir a reunião até o novo Presidente do Conselho Geral ser eleito. Salientou também que a ausência do Diretor se justificava pela situação de impedimento legal definido no Código do Procedimento Administrativo (CPA). ----

----- De seguida, leu a comunicação datada de nove de julho de dois mil e quinze, que a conselheira Alexandra Gonçalves tinha enviado após a última reunião onde apresenta a cessação do cargo pelo facto de ter sido eleita Coordenadora da Escola Básica de Vilarinho do Bairro, e que, pelo nº 4, do artigo 12º do Decreto-Lei 75/2008, “não pode ser membro do Conselho Geral”.-----

----- Referiu ainda que a docente Licínia Simões substitui a docente Alexandra Gonçalves e a docente Maria Dulce Samelo substitui o docente Aníbal Marques. ----

----- Seguiu-se a análise da ata de oito de julho de dois mil quinze tendo sido aprovada por unanimidade dos membros presentes nessa reunião. -----

-----Passando ao ponto um da ordem de trabalhos - eleição do Presidente do Conselho Geral - o docente Artur Melo recordou a legislação que regulamenta o processo nomeadamente o artigo 13º do decreto-lei nº 75/2008 de 22 de abril, com a redação dada pelo decreto-lei nº 137/2012 de 2 de julho. -----

----- Efetuada a votação por escrutínio secreto a mesma deu o seguinte resultado:

----- Artur Melo - quinze votos -----

----- Patrícia Flores - um voto -----

----- Pedro Vale - um voto -----

----- Foi eleito presidente do Conselho Geral o docente Artur Melo, que agradeceu o voto de confiança, esperando a colaboração de todos no desempenho das competências agora assumidas. -----

----- Um dos elementos deste conselho, o representante da APEE, Sérgio Fontes, não participou na votação porque apenas pôde participar na reunião após ela já ter sido efectuada. -----

----- Ponto Dois- Definição dos critérios de Avaliação Interna do Diretor.-----

----- Foram referidos os artigos que na Portaria nº 266/2012, de 30 de agosto, definem as competências do Conselho Geral relativamente a este assunto, nomeadamente: -----

- alínea a) do nº 2 do artigo 3 - “A avaliação interna dos diretores decorre da avaliação efectuada pelo conselho geral no caso dos diretores de agrupamento de escolas ou escola não agrupada”; -----

- nº 1 do artigo 5º - “[...] compete ao conselho geral, [...] definir os critérios em que se baseia a avaliação interna dos diretores”: -----

- nº 1 do artigo 6º - “[...] os docentes em exercício de funções de diretor elaboram, [...] uma carta de missão, validada através de assinatura do respectivo presidente do conselho geral”; -----

- nº6 do artigo 6º - “A validação através de assinatura da carta de missão requer aprovação de maioria simples dos membros do conselho geral”. -----

-----Seguidamente foi apresentada uma proposta que consistia em três documentos que definem os parâmetros de avaliação do director e que foi analisada em pormenor. O primeiro documento apresenta os critérios de avaliação de acordo a portaria nº 266/2012, de 30 de agosto, assim como a escala a utilizar e a fórmula de cálculo da classificação final. Faz também referência aos documentos de registo da avaliação (anexos I e II). -----

----- Relativamente ao anexo I, foram analisados os conteúdos a avaliar em cada um dos três parâmetros - (A) Compromissos, (B) Competências e (C) Formação Contínua - com ponderações de 50%, 30% e 20%, respectivamente, na avaliação interna.-----

----- No parâmetro A foram definidos seis conteúdos com o intuito de abranger o máximo possível as diversas variantes em que o Diretor intervém no seu dia-a-dia, na gestão do Agrupamento e que sejam indicadores em termos de eficácia, eficiência e qualidade. Optou-se por não definir neste documento os descritores que serão posteriormente extraídos a partir da Carta de Missão do Diretor, após a sua aprovação por parte dos membros que fazem parte do Conselho Geral.-----

----- Relativamente ao parâmetro B - competências - os conteúdos estão definidos no artigo 4º da portaria nº 266/2012 de 30 de agosto: liderança, visão estratégica, gestão e representação externa. O anexo I propõe quatro descritores em cada conteúdo. -----

----- A representante da APEE, Patrícia Flores, afirmou relativamente ao quarto descritor da liderança, onde se refere “envolve a comunidade escolar na interpretação dos resultados da avaliação de aprendizagens escolares”, poder-se-ia ir mais longe no sentido de “envolver e mobilizar a comunidade escolar, implementando estratégias para avaliação de resultados e liderar o plano de melhoria”. Após a intervenção de vários conselheiros foi acordado que o texto será “Mobiliza a comunidade escolar na interpretação dos resultados da avaliação da aprendizagem, tendo em vista a melhoria do ensino e da aprendizagem”.-----

----- Após a análise dos descritores dos conteúdos dois (visão estratégica) e três (gestão) não se entendeu necessário alterar os descritores propostos.-----

----- No que se refere ao conteúdo quatro, que diz respeito à representação externa, destacou-se a necessidade de avaliar a promoção de relações eficazes com os pais e a comunidade escolar, o estabelecimento de parcerias com base em valores sociais e responsabilidades partilhadas, com visibilidade e credibilidade para o Agrupamento, de forma assertiva, com vista a atingir os objetivos na implementação do projeto educativo.-----

----- Por último, ainda no anexo I, abordou-se o parâmetro formação contínua. O presidente do Conselho Geral referiu que será considerada a média das várias formações realizadas pelo Diretor nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 37º do ECD.-----

----- O anexo II proposto foi elaborado de acordo com o modelo que consta da portaria nº 266/2012 de 30 de agosto, sendo o documento de registo da avaliação interna e externa. Aquando da avaliação do Diretor será constituída uma Comissão no

Conselho Geral e que ficará responsável pelo seu preenchimento. Este anexo será preenchido com a pontuação de cada conteúdo em cada um dos parâmetros. A média das pontuações no parâmetro Compromissos tem um peso de cinquenta por cento, na avaliação interna. A média das pontuações no parâmetro Competências tem um peso de trinta por cento, na avaliação interna. A média das pontuações no parâmetro Formação Contínua tem um peso de vinte por cento, na avaliação interna. -----

----- Será também registado no anexo II o resultado da avaliação externa, que está relacionada com a avaliação feita pela Inspeção-Geral de Educação e Ciência feita ao Agrupamento nas dimensões “Resultados”, “Prestação do Serviço Educativo” e “Liderança e Gestão”. No nº 2 do artigo 10º da portaria 266/2012 de 30 de agosto encontra-se a tabela estabelece a equivalência entre as avaliações qualitativas e os valores a registar no anexo II. -----

----- A avaliação final será o resultado da avaliação interna, com uma ponderação de sessenta por cento, e da avaliação externa com uma ponderação de quarenta por cento, após o que as classificações quantitativas serão convertidas em menções qualitativas de acordo com o nº 4 do artigo 12º da portaria nº 266/2012.-----

----- Procedeu-se, em seguida, à aprovação dos documentos tendo sido aprovados por unanimidade. De acordo com a legislação serão divulgados publicamente na página electrónica do Agrupamento de Escolas de Anadia no dia seguinte a esta reunião.-----

----- Ponto três - Aprovação da Carta de Missão do Diretor.-----

----- Por não ter sido ainda enviada ao Conselho Geral a Carta de Missão do Diretor, para apreciação e validação, foi proposto e aprovado que este ponto da ordem de trabalhos seja adiado para a reunião seguinte. O Diretor tem um prazo de 90 dias após o início do mandato, que ainda não terminou, para proceder ao seu envio ao Conselho Geral para validação. -----

----- Ponto quatro - Outros Assuntos:-----

----- Um dos conselheiros presentes indagou qual a data do início das aulas, tendo o Presidente do Conselho Geral referido que iria ser decidido em Conselho Pedagógico na sexta-feira seguinte. Foi renovada a vontade da realização de uma visita às instalações da nova escola por parte dos membros do Conselho Geral, ficando acordado que seria solicitado à Direção o agendamento dessa visita para o dia onze de setembro de dois mil e quinze, pelas dez horas. -----

----- O Presidente do Conselho Geral alertou para duas questões relacionadas com os alunos do 1º ciclo que frequentam a Escola Básica de Vilarinho Bairro, a pedido da Coordenadora deste estabelecimento. A primeira refere-se aos apoios dados pela

autarquia a estas turmas, relativos a alimentação e materiais utilizados em sala de aula, questionando se as condições para estes alunos serão iguais às atribuídas às outras escolas de 1º ciclo. O representante da Câmara Municipal de Anadia, Ângelo Santos, referiu que estes alunos tiveram exatamente as mesmas condições dos outros, nos anos anteriores, e irão continuar ter. No entanto, no que se refere a materiais e equipamentos tecnológicos, não pode confirmar essa igualdade já que a Câmara Municipal de Anadia não tem legitimidade para prestar apoios a nível de obras, materiais e equipamentos a escolas que não sejam pertença da Câmara.----

----- A segunda questão refere-se aos equipamentos pertencentes à autarquia e que se encontram nas escolas básicas de Samel e de Vilarinho do Bairro, entretanto encerradas, questionando se será possível disponibilizar esses equipamentos para utilizar com os alunos do 1º ciclo da Escola Básica de Vilarinho do Bairro. O representante da Câmara Municipal de Anadia, Ângelo Santos, afirmou não haver autorização para essa cedência. No entanto, através de ofício dirigido à Presidente da Câmara Municipal de Anadia, a Direção poderá solicitar essa autorização, no sentido de serem criadas o máximo de condições legítimas a todos os alunos. -----

----- Finalmente foi agendada a próxima reunião do Conselho Geral, para o dia vinte e oito de outubro de dois mil e quinze, para: aprovar o relatório final de execução do plano anual de actividades, aprovar as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento, aprovar linhas orientadoras do planeamento e execução de atividades no domínio da ação social escolar, definir critérios para a participação da escola em atividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas e aprovar a Carta de Missão do Diretor.-----

----- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata -----

O Presidente do Conselho Geral

(_____)

Artur Melo

A Secretária.

(_____)

Fátima Martins